

Pobreza e desigualdade social: o que pensam estudantes do ensino médio e superior

Poverty and social inequality: what high school and university students think

Sônia Bessa¹Eliane Giachetto Saravali²Maria Belintane Fermiano³

Resumo: A pobreza é um fenômeno social complexo que compromete o desenvolvimento econômico, cultural, político e social de um país, atingindo milhões de pessoas em todo o planeta. Com o objetivo de investigar como alunos do ensino médio e universitários do curso de Pedagogia pensam a respeito de fenômenos socioeconômicos relacionados à pobreza e à desigualdade social, conduziu-se investigação com 118 estudantes do curso de Pedagogia e do ensino médio, de ambos os gêneros, com idade entre 15 e 51 anos, de níveis socioeconômicos baixo, médio e alto, pertencentes a duas instituições de ensino particular, localizadas em uma cidade do interior de Goiás. O instrumento utilizado foi uma entrevista clínica individual que permite verificar três níveis de compreensão dos fenômenos econômicos. Os resultados apontam que 53,4% dos participantes apresentam respostas características do nível IB, ou seja, crenças pautadas na meritocracia e no esforço individual, demonstrando incompreensão de políticas estruturais na construção de uma sociedade mais equânime. Respostas características do nível II foram encontradas em 36,4% da nossa amostra; nelas percebe-se que os sujeitos conseguem estabelecer vinculações entre a hierarquia das profissões e a remuneração, mas não compreendem a relação entre poder e exploração. Observa-se, também, a presença da ideia de oportunidades, porém sem a compreensão de ações que impõem obstáculos às mudanças sociais. Somente 7,6% dos estudantes encontram-se no nível III em que verifica-se uma concepção mais complexa dos diferentes níveis socioeconômicos, a presença de concepções de poder e exploração e o estabelecimento de relações entre sistemas distintos. No caso destes participantes, a desigualdade é analisada como produto de variáveis históricas, econômicas e relações de poder e dominação. O presente estudo identificou, ainda, que fatores como idade, gênero, ocupação, nível socioeconômico e acadêmico não foram bons preditores de melhores ou piores níveis de compreensão dos fenômenos econômicos.

Palavras-chave: Desigualdade econômica; mobilidade social; pobreza; conhecimento social.

Abstract: Poverty is a complex social phenomenon that compromises the economic, cultural, political and social development of a country, affecting millions of people across the planet. In order to investigate how high school and university students from the Pedagogy course think about socioeconomic phenomena related to poverty and social inequality, an investigation was carried out with 118 students from the Pedagogy course and High School, of both genders, aged between 15 and 51 years, from low, medium and high socioeconomic levels, belonging to two private education institutions, located in a city of Goiás. The instrument used was an individual clinical interview that allows

1 Doutora em Educação (UNICAMP). Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) atuando no curso de Pedagogia de Formosa e no programa de Pós-graduação em Gestão, Educação e Tecnologias PPGGET. Contato eletrônico: sonia.bessa@ueg.br

2 Doutora em Educação (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (UNESP/Campus de Marília) e do Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano, atuando no curso de Pedagogia.

3 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Educação.

verifying three levels of understanding of economic phenomena. The results show that 53.4% of the participants present responses characteristic of level IB, beliefs based on meritocracy and individual effort, demonstrating a lack of understanding of structural policies in the construction of a more equitable society. Characteristic level II responses were found in 36.4% of our sample; in them, it is clear that subjects are able to establish links between the hierarchy of professions and remuneration, but they do not understand the relationship between power and exploitation. It is also observed the presence of the idea of opportunities, but without the understanding of actions that impose obstacles to social change. Only 7.6% of students are at level III, where there is a more complex conception of different socioeconomic levels, the presence of conceptions of power and exploitation, and the establishment of relationships between different systems. In the case of these participants, inequality is analyzed as a product of historical and economic variables and relations of power and domination. This study also identified that factors such as age, gender, occupation, socioeconomic and academic level were not good predictors of better or worse levels of understanding of economic phenomena.

Keywords: Economic inequality; social mobility; poverty; social knowledge.

Introdução

A pobreza, a fome, as desigualdades sociais e a falta de perspectiva de uma vida com condições mínimas de sobrevivência para todos, são fenômenos sociais que sempre estiveram presentes na história da humanidade. Nem sempre ganham visibilidade, mas são perturbadores, pois tomam uma dimensão muito complexa, atingindo milhões de pessoas no mundo e comprometendo o desenvolvimento econômico, cultural, político e social. Esses fenômenos obrigam as pessoas a viverem expostas a todo tipo de marginalidade, intensificando as desigualdades em vários âmbitos da convivência: cultura, tecnologia, educação, renda, sexo, raça, religião, moradia, alimentação, saúde, segurança, riqueza, serviços essenciais, exposição a diversos tipos de violência, exclusão social e outras tantas situações que impedem as pessoas de exercerem sua cidadania.

A construção de modelos mais justos de sociedade, que considerem aspectos centrais como a pobreza, a desigualdade e a mobilidade social, necessariamente passa pela observação de como os próprios cidadãos interpretam e interagem com esses fenômenos.

Pesquisas sobre a interpretação que se constrói a respeito do mundo social indicam que os sujeitos realizam um trabalho árduo para compreender o funcionamento da sociedade (ALMEIDA, 2015; SILVA, 2017; DELVAL, 2018; SARAVALI, *et al*, 2020), e que estudar e investigar acerca de tal trabalho nos fornece elementos importantes para a compreensão da mesma. Isso ocorre, pois, estar de posse do que se pensa sobre o mundo, ou seja, a forma como os fenômenos são interpretados pelas pessoas, torna-se útil na construção de rotas alternativas e de caminhos para uma sociedade mais justa a todos. Ainda, aquilo que se pensa sobre a sociedade dirige a ação de cada um, de tal forma que o conhecimento dessas crenças nos permite um planejamento mais assertivo tanto na área educativa como na definição de políticas públicas.

Para Coria *et al* (2010), todo conhecimento social se origina e se sustenta pela inserção dos indivíduos no meio social; o ser humano se desenvolve no contato com o outro e incorpora o discurso social do seu grupo de referência. Porém, esse não é um processo simples e são necessárias construções de modelos para a explicação do mundo, ou seja, trata-se de um desafio para os seres humanos ao longo do desenvolvimento, em busca de compreensão da realidade social. Para os autores, os modelos que as pessoas constroem sobre o mundo social estão compostos de imagens e crenças acerca das pessoas, interações e

expectativas, de normas e valores que regulam os comportamentos, o que é permitido ou proibido em cada cultura, as atitudes e a forma como funciona a sociedade e suas instituições específicas.

Delval (2018) esclarece que, ao construir o conhecimento acerca da realidade social em que vive, a criança dá sentido ao mundo ao redor, enfatizando que a maior parte dele não se compõe de cópias das representações dos adultos e sim de uma construção pessoal que difere qualitativamente da dos mais velhos. Saravali, *et al* (2014, p. 96) salientam que “[...] as crenças são elaboradas paulatinamente, sendo a cada momento reorganizadas”. Segundo as autoras, os pequenos apresentam crenças bastante singulares como acreditar que um vendedor vende uma mercadoria por um preço menor do que a comprou; um membro da família, ao mudar de cidade, deixa de ser da família; pobres são pobres pois não conhecem o caminho que leva ao banco; ou, ainda, que violência é apenas bater ou agredir fisicamente.

De acordo com Delval (2018, p. 11), “o homem reconstrói, em sua mente, a realidade, descobre as relações entre as coisas, os fatos, traça modelos de funcionamento das forças da natureza, das relações físicas entre os objetos, o papel dos outros e dele mesmo”. Ocorre o mesmo no que se refere ao funcionamento da vida social e das instituições. Assim, ao longo da vida, são construídas crenças sobre a realidade e, em específico, sobre o funcionamento do sistema político (relações de poder, formas de governo, profissões, trabalho) e do sistema econômico (processo de compra e venda, lucro, sistema bancário, origem do dinheiro e seu valor). Delval (2012) considera a ordem política e a econômica como dois dos pilares mais importantes na organização de uma sociedade, pois em torno deles giram seus principais problemas. A desigualdade na distribuição da riqueza, a estratificação e os fatores de mobilidade socioeconômica fazem parte do eixo econômico e político e deveriam ser considerados aspectos chave da compreensão da sociedade.

Já desde seus primeiros anos as crianças começam a descobrir que há pessoas que possuem bens distintos em qualidade e quantidade, que o dinheiro nem sempre é suficiente para cobrir as necessidades e que há indivíduos no meio social que carecem de recursos básicos como moradia, vestuário e alimentação. Também começam a ouvir expressões como pobreza, riqueza, trabalho, governo, entre outras. Elas ainda não são capazes de compreender em profundidade tais conceitos que vão sendo incorporados aos seus esquemas cognitivos e associados aos elementos que lhes parecem afins. Tal processo pode ser constatado em diferentes estudos realizados no Brasil (ARAÚJO, 2009; CANTELLI, 2009; COSTA, 2009; PIECZARKA, 2009; ROCHA, *et al*, 2012; SILVA, 2009; FERMIANO, 2010; ARAÚJO; GOMES, 2010; COOPER, 2012; GRANJA, 2012; BESSA; FERMIANO; DENEGRI, 2014; SILVA; VIVEIROS, 2017; PEREIRA, 2018; BELINTANE; CANTELLI, 2019; BESSA; FERMIANO, 2020) e na América do Sul (DENEGRI *et al*, 1998; AMAR; ABELLO; LLANOS, 2000; AMAR, *et al*, 2001; CHAFEL, 2002; LLANOS, *et al*, 2008; DENEGRI, *et al*, 2009a; DENEGRI, *et al*, 2009b; CORIA *et al*, 2010; CORIA, *et al*, 2013; CORIA; ARAVENA; LAYERA, 2018).

A partir de uma ampla pesquisa, Coria, *et al* (2013) apresentaram um modelo do desenvolvimento do pensamento econômico que retrata, entre outros, a forma que indivíduos constroem suas explicações sobre a pobreza e a desigualdade social. Nesse modelo, observamos a presença de níveis de compreensão do mundo econômico que indicam certas regularidades, interpretações e maneiras de se propor soluções para os problemas existentes.

O modelo é composto por três níveis, caracterizados por determinados conjuntos de ideias que justificam as causas e o funcionamento dos fenômenos sociais. As ideias se organizam a partir de três dimensões: conceitos de riqueza e pobreza; desigualdade e mobilidade social; e possíveis soluções para o problema da pobreza. É possível observar a gênese desses conceitos, pois há uma evolução,

cada vez mais complexa, da compreensão do sistema social.

Nesse percurso observa-se, inicialmente, que o raciocínio predominante é baseado em aspectos aparentes, com associações simplistas entre trabalho e remuneração e a dependência de fatores individuais para ascensão social. Construções paulatinas começam a substituir essas ideias e são agregados elementos ocultos e processuais até a conquista de um pensamento mais complexo, em que se estabelecem relações entre diferentes sistemas, verificando-se a existência de desigualdades como produto de variáveis históricas, econômicas e de relações de poder e dominação.

Estes níveis de pensamento foram encontrados no estudo de Amar, *et al* (2001), realizado na Colômbia, no próprio estudo de Coria, *et al* (2013) realizado no Chile, e nos trabalhos de Pieczarka (2009), Junior e Ximenes (2016), Silva e Viveiros (2017), Bessa e Fermiano (2020), realizados no Brasil. O que se observa nesses trabalhos é que mesmo na adolescência, juventude e idade adulta, os participantes não necessariamente apresentam concepções mais elaboradas, apesar da escolarização, da participação no mercado de trabalho e do cotidiano econômico e financeiro, variáveis que podem ser importantes para o desenvolvimento de concepções significativamente mais avançadas.

Portanto, as pesquisas da área não evidenciam avanços significativos nesse sentido e observam-se crenças sobre o mundo econômico, em jovens e adultos, muito semelhantes às infantis, fragmentadas e com características peculiares. Outro elemento que interfere na compreensão dos conceitos de riqueza e pobreza é o fato desses fenômenos serem multidimensionais e multifacetados, o que torna necessário considerar a dinâmica dos fenômenos com suas definições complexas, suas terminologias e o contexto social, histórico, econômico e cultural (BESSA; FERMIANO 2021). A definição de “pobre” e “rico” não se refere somente a fenômenos econômicos, mas preconiza a existência de dimensões sociais, políticas e culturais.

Numa sociedade marcada pela pobreza e desigualdade social, analisar e compreender como os indivíduos entendem e se relacionam com os problemas de ordem econômica e política, como percebem a atuação do Estado, como se percebem atores ou espectadores diante destes acontecimentos, são aspectos essenciais se quisermos que os próprios cidadãos construam, colaborem e se responsabilizem pela constituição de uma sociedade melhor.

Amar, *et al* (2001) apresentam dois motivos para se investigar a compreensão das origens da pobreza, desigualdade e mobilidade social. O primeiro diz respeito ao interesse epistemológico, ao proporcionar uma via de acesso à forma como crianças e adolescentes representam o mundo social em que estão inseridos. Tal conhecimento pode auxiliar a compreender os processos mais gerais pelos quais os indivíduos chegam a construir um modelo coerente e organizado do mundo social. O segundo motivo é que, ao conhecer como o sujeito pensa a respeito da pobreza, desigualdade e mobilidade social, seria possível desenhar intervenções educativas mais eficazes.

Ainda, é importante destacar o real grau de influência dos fenômenos econômicos na vida das pessoas, que interferem na manutenção de uma vida saudável, na economia de um país e na sustentabilidade do planeta. Esses são aspectos que tornam esse assunto de relevância social, cultural, econômica, política e psicológica.

Fatores como nível acadêmico, gênero, idade, nível socioeconômico e local de residência, podem ou não incidir sobre a forma como adolescentes e adultos jovens compreendem os fenômenos econômicos e as questões relacionadas à pobreza, à desigualdade e mobilidade social e econômica. Os poucos estudos

realizados na América do Sul e no Brasil apontam que estes fenômenos não são compreendidos como produtos de variáveis históricas sociais e econômicas e de relações de poder e dominação. Assim, a pobreza impacta de modo mais severo os setores mais vulneráveis e pobres da sociedade, aumentando de forma dramática o risco de exclusão de milhões de pessoas. Nessa perspectiva, faz-se necessário investigações com jovens em formação e, em especial, futuros pedagogos, responsáveis por possibilitar a construção de um novo olhar em crianças e adolescentes sobre questões relacionadas à pobreza e desigualdade, bem como a formação da cidadania.

Considerando o exposto, entende-se que seja importante conhecer como jovens e adultos pensam sobre a própria realidade e, a partir dos resultados, refletir sobre o quanto essa compreensão pode impactar ou não a manutenção da pobreza e das desigualdades.

Desta forma, é preocupação deste estudo investigar como estudantes do ensino médio e universitários do curso de Pedagogia pensam sobre fenômenos socioeconômicos relacionados à pobreza e desigualdade social e comparar se o gênero, idade, ocupação e o nível socioeconômico e acadêmico promoveram diferenças estatisticamente significativas.

A pesquisa

A pesquisa que passamos a apresentar possui natureza qualitativa e quantitativa, com desenho descritivo comparativo, baseada nos estudos de Denegri, *et al* (1998) e Amar, *et al* (2001).

Constituiu-se amostra de 118 estudantes de 2º e 3º anos do ensino médio do período matutino, e do 1º ano do curso de Pedagogia do período noturno, de ambos os gêneros, com idade entre 15 e 51 anos, de níveis socioeconômicos baixo, médio e alto, pertencentes a duas instituições de ensino particular, localizadas numa cidade do interior do estado de Goiás, situada no entorno de Brasília (DF). A tabela 1 apresenta a distribuição dos estudantes por nível acadêmico e gênero e a tabela 2 por idade e ocupação laboral.

Tabela 1 – Nível socioeconômico e gênero dos participantes.

Estudantes	Gênero	Nível socioeconômico			Total
		NSE baixo	NSE médio	NSE alto	
Curso de Pedagogia	Feminino	57	1		58
Ensino Médio	Masculino	18	11	2	31
	Feminino	15	9	5	29
Total	Total	90	21	7	118

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Quanto ao nível socioeconômico, 90 (76,3%) dos participantes estão no NSE baixo, que corresponde a renda familiar de 1 a 3 salários mínimos brasileiro, 21 (17,8%) no NSE médio e somente 7 (5,9%) no NSE alto,

com renda familiar superior a 10 salários mínimos. Somente uma estudante de Pedagogia está no NSE médio e nenhuma no NSE alto. Oitenta e sete (73,7%) das participantes são mulheres e 31 (26,3%) são homens.

Tabela 2 – Idade e ocupação dos participantes

Idade		Exercício profissional		
		Atividade profissional remunerada	Estudantes	Total
15 a 18 anos	Curso de Pedagogia	1		1
	Ensino Médio	6	54	60
19 a 25 anos	Curso de Pedagogia	19		19
26 a 40 anos	Curso de Pedagogia	25		25
acima de 41 anos	Curso de Pedagogia	13		13
Total		64	54	118

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras

O instrumento utilizado na investigação contém um questionário sociodemográfico e uma entrevista clínica criada por Denegri, *et al* (1998) e adaptada por Amar, *et al* (2001), traduzida do espanhol e validada para esta investigação. A entrevista averiguou o que pensam os estudantes sobre o conceito de rico e pobre; a existência de níveis socioeconômicos intermediários; a origem e a causa da pobreza; a desigualdade social e suas possíveis soluções. As perguntas são feitas com adaptações necessárias ao contexto e à idade dos participantes e requerem diferentes níveis de elaboração pelo estudante. Em algumas, o nível de informação disponível é investigado; em outras, busca-se a descrição de um processo e, ainda em outras, são solicitadas explicações conceituais que requerem maior elaboração por parte do estudante. Essa dinâmica de trabalho fundamenta-se no método clínico-crítico (PIAGET, 1926/1979), que consiste em uma intervenção sistemática do pesquisador em função do que o participante vai dizendo ou fazendo.

O presente estudo seguiu os princípios éticos propostos em pesquisas com seres humanos e todos os procedimentos foram apresentados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa local. Assim, os estudantes foram convidados a participar de maneira voluntária e individual, assinando os Termos de Consentimento e de Assentimento (no caso dos adolescentes). Neles, constava a garantia de anonimato e confidencialidade das informações, os objetivos da pesquisa, o contato dos pesquisadores responsáveis e a informação a respeito da possibilidade do estudante não participar ou desistir, sem que tal fato incorresse em alguma sanção. A coleta de dados foi realizada numa sala reservada pela equipe gestora das instituições. A duração da aplicação da entrevista foi de aproximadamente 30 minutos; com gravação em áudio para posterior transcrição e análise pelas pesquisadoras.

Foram realizados dois procedimentos para o tratamento dos dados: uma análise qualitativa que consistiu na categorização de todas as respostas de acordo com os níveis de compreensão propostos por Coria, *et al* (1998) e Amar, *et al* (2001) e uma análise quantitativa com a utilização do programa estatístico

Statistical Package for the Social Sciences (SPSS-22.0). Os dados foram organizados em uma matriz por variáveis e submetidos a análises estatísticas de tipo descritivo e inferencial; paramétrico e não paramétrico. Para todos os tratamentos adotou-se um nível de significância de 0,05. Foi feito o teste de Shapiro Wilk para verificar a pressuposição de normalidade dos dados. Comparou-se grupos independentes com o teste t Students e seu correspondente não paramétrico Mann-Whitney. A ANOVA unidirecional foi utilizada para a variável idade e o Kruskal-Wallis para o nível socioeconômico.

Resultados e Discussões

Realizou-se uma análise global das entrevistas e as respostas obtidas foram interpretadas conforme os níveis de pensamento econômico propostos por Coria, *et al* (1998) e Amar, *et al* (2001), obtendo-se uma distribuição percentual da amostra. A análise permitiu conhecer o pensamento dos estudantes quanto aos conceitos de pobreza e desigualdade social e as possíveis soluções para o problema da pobreza e mobilidade social. A tabela 3, a seguir, apresenta os níveis encontrados nos dois grupos de estudantes.

Tabela 3 – Níveis de pensamento econômico dos participantes.

Estudantes	Níveis de pensamento econômico				Total
	Nível IA	Nível IB	NIVEL II	NIVEL III	
Curso de Pedagogia	1	30	23	4	58
	1,7%	51,7%	39,7%	6,9%	100,0%
Ensino Médio	2	33	20	5	60
	3,3%	55,0%	33,3%	8,3%	100,0%
Total	3	63	43	9	118
	2,5%	53,4%	36,4%	7,6%	100,0%

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

No nível IA, cujas características são de explicações fantásticas e ausência de relação entre fatos, encontramos três estudantes (2,5%). Esse é o nível mais elementar, geralmente correspondente a crianças com até 10 anos de idade. Mesmo sendo um percentual baixo, considera-se que a faixa etária investigada, *a priori*, não deveria apresentar noções tão elementares.

No nível IB, encontramos a maioria dos estudantes: 63 (53,4%). Esse nível corresponde às respostas em que persistem concepções pouco realistas sobre pobres e ricos, bem como a crença de que a riqueza é proveniente do trabalho, resultado de herança ou sorte na loteria. A meritocracia é valorizada e pensa-se que a mobilidade social depende única e exclusivamente da vontade individual. Essa é uma visão de ideologia meritocrática que valoriza a competição entre indivíduos com o objetivo de justificar moralmente a superioridade das atividades intelectuais e a desigualdade do conjunto dos assalariados (CAVALCANTE, 2018). Os estudantes desse nível desconhecem as restrições da realidade. Consideram a existência de um estrato intermediário e asseguram que, para acabar com a pobreza, somente necessita-se da ação do Estado

ou figuras paternalistas. Contudo, não se referem a um conjunto de princípios e políticas estruturais e efetivas na construção de uma sociedade justa e solidária – como o combate à corrupção, as políticas de saúde e educação, o aumento da oferta de empregos, a garantia de direitos iguais entre homens e mulheres, o combate ao racismo e outros –, mas a uma figura mágica que milagrosamente resolveria os problemas.

Um exemplo desse tipo de resposta pode ser observado no excerto a seguir de uma estudante do curso de Pedagogia, casada, trabalhadora do setor de serviços, com renda familiar de R\$ 1.300,00.

LUA⁴ (24), para você o que é um rico? *Pessoa que possui muito dinheiro e bens.* E um pobre? *Pessoa com pouco dinheiro e mal consegue para o sustento.* Como é um pobre? *Passa dificuldades e às vezes não tem nem o que comer e pagar aluguel.* E como é um rico? *Anda sempre de carro, perfumado, bem arrumado, comprando ou resolvendo problemas no celular.* Nota-se em algo se uma pessoa é rica ou pobre? Em quê? *Sim roupas, calçados automóbiles, viagens.* Os ricos trabalham em que? *Tem suas empresas ou trabalham em órgãos públicos.* E os pobres trabalham em quê? *Servente, diarista, empregada doméstica, pedreiro, catador de reciclagem.* Os ricos trabalham como os pobres? Não, pobres trabalham em coisas pesadas e ricos em coisas complicadas assim tipo fazendo negócios. Você é rica ou pobre? *Sou pobre.* E teus amigos? *Pobres como eu.* Toda pessoa é rica ou pobre, ou há algumas que são outra coisa? *Algumas são melhores de situação, não são ricas, mas também não muito pobres.* [...] Como faz para ser rico? *Nascendo em família rica, herança, ganhando na loteria, ou ainda estudando para ter um emprego bom.* Como a pessoa se torna pobre? *Ou se nasce pobre ou perde o dinheiro.* Como poderia um pobre fazer para ficar rico? *Estudando.* Como você poderia se tornar um rico? *Estudando ou trabalhando muito.* [...] Poderia se fazer algo para que não houvesse gente pobre? O que? *Ajudar uns aos outros.* Alguém poderia solucionar o problema da pobreza? Quem? *Sim, o governo.* Outras pessoas poderiam fazê-lo? Quem? *Os políticos.* De onde poderiam obter dinheiro para acabar com a pobreza? *Ao invés dos políticos roubarem os impostos deveriam doar aos pobres.*

O número expressivo de estudantes (53,4%), tanto do ensino médio quanto do curso de Pedagogia no nível IB, que nos deram respostas típicas desse nível nos mostra que, mesmo com idade avançada, nossos participantes continuam com crenças mais simplistas e reducionistas de aspectos importantes do mundo econômico, evidenciando uma dificuldade em compreender e relacionar sistemas. Essa condição pode redundar em formas de exclusão social, cujo resultado é a manutenção da pobreza e da desigualdade.

O nível II teve 36,4% das respostas, o que corresponde a 43 estudantes. Esse é um nível em que se apresentam argumentos mais consistentes – os estudantes já têm uma compreensão maior de mobilidade socioeconômica, ainda que elementar. Percebem que existem restrições externas à mobilidade, contudo, continuam a priorizar e valorizar o esforço individual e uma boa educação como fatores determinantes para melhorar o nível socioeconômico. Conseguem estabelecer relações entre a hierarquia das profissões e a remuneração, mas não compreendem a relação entre poder e exploração. Para eles, o Estado é o único responsável por solucionar o problema da pobreza. Já incorporam a ideia de oportunidades, embora não compreendam as ações que impõem obstáculos às mudanças sociais. A mobilidade socioeconômica é percebida como algo natural, ou seja, imagine-se que, com o trabalho e os estudos, as pessoas vão ascender socialmente.

Vejamos um exemplo no excerto a seguir de estudante do curso de Pedagogia, solteira, que trabalha como auxiliar de creche e mora com os pais, renda familiar de aproximadamente R\$ 3.000,00:

REN (31), para você o que é um rico? *Ser rico é ter uma vida estável, ter sempre o que você quiser.* E um pobre? *Ser pobre é não ter aquilo que você deseja ter, como uma casa boa dentre outros fatores.* Como é um pobre? *Uma pessoa com aparência mais simples.* E como é um rico? *Um rico*

4 Todas as iniciais são fictícias.

é totalmente diferente tem tudo que ele pode ter, como um bom salário. Nota-se em algo se uma pessoa é rica ou pobre? Em quê? Sim, no carro, jeito que se veste, na casa etc. Os ricos trabalham em que? Em empregos bons. E os pobres trabalham em quê? Na maioria das vezes nas empresas dos ricos. Os ricos trabalham como os pobres? Não, porque os ricos normalmente não trabalham em serviços manuais. Você é rico ou pobre? Sou pobre. E teus amigos? Alguns pobres como eu, outros mais ou menos. Toda pessoa é rica ou pobre, ou há algumas que são outra coisa? Sim, há pessoas e classe média. Nota-se em algo que uma pessoa é classe média? Em quê? Sim, tem um status acima do pobre. O que há mais: pobres, ricos ou classe média? Por que crê que é assim? Há mais pobres, porque os pobres não possuem tantas chances para vencer na vida. [...] Como a pessoa se torna pobre? Se torna pobre porque não sabe economizar. Como poderia um pobre fazer para ficar rico? Estudar e trabalhar. Como você poderia se tornar um rico? Estudar e fazer faculdade. Por que há pobres e ricos? Quais são as causas? Por que existe desigualdade social, e os ricos não querem que os pobres cheguem na mesma posição que eles. Você acredita que tem que continuar existindo ricos e pobres? Sim, sempre foi assim. Poderia se fazer algo para que não houvesse gente pobre? O que? Sim, o governo poderia ajudar, dando dinheiro aos pobres. [...] De onde poderiam obter dinheiro para acabar com a pobreza? Da arrecadação de impostos.

Alguns estudantes desse nível alegaram que as desigualdades são justificáveis uma vez que os pobres precisam dos ricos para que lhes deem trabalho. Trata-se de uma visão determinista em que os problemas de desigualdade e pobreza são vistos como de natureza individual e dependentes do esforço de cada um. REN vê no estudo a única possibilidade de ascensão social e de mudar de vida, mas subjacente está a ideia de que se fracassar será a única responsável por isso. Considera o estado como o único responsável para resolver o problema da pobreza, contudo, diferentemente de LUA, começa a perceber que a desigualdade social é decorrente de uma luta de interesses de poder e exploração uma vez que “os ricos não querem que os pobres cheguem a mesma posição que eles”. A relação entre políticas públicas e sociais de governo e os recursos disponíveis não é percebida, bem como a relação entre oportunidades e direitos. Segundo Campelo, *et al.* (2018, p. 56) “o que para parte da população é um bem de consumo, para os mais pobres é um ‘não direito’ e um limitante, muitas vezes estrutural, às suas oportunidades de desenvolvimento, e a possibilidade de uma vida digna e segura”.

O nível III é aquele que pressupõe uma organização cognitiva mais bem elaborada a respeito dos fatos, bem como a capacidade de inferir e relacionar causas e efeitos, a consideração de um número maior de variáveis envolvidas na análise de uma situação. Espera-se uma concepção mais complexa da existência de níveis socioeconômicos e a percepção do jogo de interesses entre grupos e indivíduos que dificultam ações para uma mudança social. Nas explicações consideradas como de Nível III, não é esperado que o indivíduo, necessariamente, tenha todo o conhecimento ou uma interpretação correta da realidade ou, ainda, análises profundas sobre o mundo econômico. Porém, o raciocínio envolvido apresenta complexidade e o estabelecimento e a coordenação de relações e de aspectos processuais e ocultos.

Em nossa amostra, somente nove estudantes (7,6%) deram respostas caracterizadas como de nível III. Nessas respostas observou-se ampliação e compreensão da relação entre poder e exploração. Percebe-se a necessidade de se criar oportunidades sociais aliadas às qualidades pessoais e à força de vontade. Compreende-se que a mobilidade social e econômica apresenta muitos obstáculos individuais e sociais, às vezes, intransponíveis, estabelecendo-se relações entre sistemas. A existência de desigualdades é entendida como produto de variáveis históricas, econômicas e de relações de poder e dominação. Nesse nível, elementos ideológicos influenciam o estrato social a que as pessoas pertencem. Os estudantes identificam alguns valores morais na presença de desigualdades, mas duvidam de soluções radicais. Compreendem

que a promoção social pode advir do setor público e privado, e veem o problema da pobreza de forma mais completa, considerando variáveis históricas, econômicas e ideológicas que se inter-relacionam.

Vejam o excerto a seguir da estudante ANA (17), do terceiro ano do ensino médio, 17 anos, que não exerce atividade laboral, mora com os pais e possui renda familiar superior a 10 salários mínimos.

ANA (17), para você o que é um rico? *Rico é uma pessoa com muito dinheiro e bens.* E um pobre. *Pobre é aquele que não tem dinheiro e bens.* [...] Nota-se em algo se uma pessoa é rica ou pobre? Em quê? É possível reconhecer um rico pelas vestimentas e posses que ostenta e, na maioria das vezes, pela cor da pele. Os ricos trabalham em que? *Trabalha pouco e ganha muito dinheiro ao explorar o trabalho assalariado dos mais pobres.* E os pobres trabalham em quê? *Trabalham para os ricos.* Você é rico ou pobre? *Sou pobre.* E teus amigos? *São da classe média.* Toda pessoa é rica ou pobre, ou há algumas que são outra coisa? *Existem os pobres, os ricos e a classe média.* Nota-se em algo que uma pessoa é classe média? Em quê? *A classe média, são aqueles que fazem o serviço de trabalhador, mas ganham um pouco mais que a classe operária, mas a classe média procura morar em bairros de rico e “se enfiar entre eles, ostentando uma riqueza que não tem”.* O que há mais: pobres, ricos ou classe média? Por que crê que é assim? *Existem mais pobres que ricos, pois os pobres são a base da pirâmide.* Todos os pobres são iguais? Não, existem os pobres e os miseráveis (sem oportunidade nenhuma). Todos os ricos são iguais? *Não como os pobres, uns são mais ricos e outros menos ricos, depende de quem explora mais o outro.* Como faz para ser um rico? *A solução seria explorar o outro ou ganhar na loteria, ou ainda, ser artista ou jogador de futebol.* Como a pessoa se torna pobre? *A desigualdade sempre existiu porque um homem explora o outro e que sempre houve classes mais e menos privilegiadas.* Como poderia um pobre fazer para ficar rico? *Seria necessário um sistema que desse oportunidades iguais às pessoas e acabasse com a exploração do homem sobre o homem, a mais-valia e a propriedade privada.* Como você poderia se tornar um rico? *Explorando o trabalho de outros, ganhando na loteria, se entrasse na política ou virasse traficante.* Você acredita que tem que continuar existindo ricos e pobres? *Sim, pois a sociedade sempre foi assim, para diminuir essa diferença seria necessário um sistema que desse oportunidades iguais às pessoas e acabasse com a exploração do homem sobre o homem.* Poderia se fazer algo para que não houvesse gente pobre? O que? *Seriam necessários, meios que igualassem a renda das pessoas e as oportunidades.* Alguém poderia solucionar o problema da pobreza? Quem? *As pessoas lutando por seus direitos é que poderiam resolver essa situação.* Outras pessoas poderiam fazê-lo? Quem? *Talvez o estado pressionado pelas pessoas.* De onde poderiam obter dinheiro para acabar com a pobreza? *Da arrecadação de impostos.*

ANA enfatiza que as pessoas lutando por seus direitos poderiam diminuir a pobreza e a desigualdade, essa é uma perspectiva de caráter ideológico. ANA reconhece a coexistência dos diferentes níveis socioeconômicos e a interdependência entre eles. Ainda tem uma visão paternalista e determinista, em que pouco se pode fazer para diminuir a pobreza e a desigualdade, mas verifica-se o início da percepção de que a pobreza e desigualdade são relações passíveis de serem enfrentadas pela ação do Estado e por lutas coletivas. Contudo, a participante ainda considera a pobreza e a desigualdade como parte da realidade social; tal compreensão corrobora resultados semelhantes encontrados por Silva e Viveiros (2017) que constataram em jovens universitários uma representação que naturaliza a existência da pobreza como um fenômeno inerente às diferentes sociedades.

Estudo evolutivo realizado por Denegri, *et al* (2009a) com estudantes chilenos, abordando a pobreza e a desigualdade, encontrou níveis de compreensão econômica semelhantes aos encontrados na presente investigação. As diferenças se concentraram no local de residência, moradores de cidades maiores e multifinanceira tiveram melhor compreensão que os estudantes de cidades pequenas e rurais. Segundo as autoras, os adolescentes podem dispor de ferramentas cognitivas que lhes permitam levantar hipóteses

sobre essas questões de pobreza e desigualdade, contudo possuem pouco acesso a informações, seja no meio escolar ou familiar, que lhes auxiliem a refletir sobre essas temáticas. Denegri, *et al* (2009a) apontam, ainda, para a educação como uma possível solução para promover a conscientização dos estudantes sobre essas questões.

Melsert e Bock (2015) pesquisaram como as desigualdades sociais são significadas por jovens. Para as autoras, as desigualdades sociais brasileiras constituem um fenômeno social complexo, que deve ser entendido tanto na dimensão objetiva quanto na subjetiva, ou seja, como os jovens pensam simbolicamente sobre riqueza e pobreza. As diferentes significações “constituem o fenômeno da desigualdade social. [...] São de cada um e de todos” (MELSERT; BOCK, 2015, p. 776). São subjetividades singulares, porque representam o que cada um pensa; no entanto, também são sociais, pois compõem o contexto vivo de como a sociedade, em seu conjunto, lida com as desigualdades.

Seja com abordagens simplistas e reducionistas ou mais complexas, alguns elementos permaneceram entre os estudantes dos níveis IB, II e III, como a ideia do Estado paternalista e a meritocracia. É possível que essa perspectiva faça parte dos discursos frequentes da escola e da família no sentido de valorizar o esforço individual, a competição e o esforço individual em detrimento da cooperação e da coletividade, alijando a maioria da população de benefícios econômicos ou sociais, mesmo apresentando-se sob características de liberdade e democratização.

Para verificação da relação entre os fatores idade, nível socioeconômico, gênero, ocupação e as formas como as pessoas pensam a pobreza e a desigualdade, foi realizada análise quantitativa que consistiu em averiguar as diferenças estatisticamente significativas dos dois grupos (estudantes do ensino médio e curso de Pedagogia).

Quanto ao gênero, foi feito o teste estatístico não paramétrico de Mann-Whitney em função da ausência de homogeneidade de variância entre os grupos. O teste de Mann-Whitney mostrou que o gênero não teve efeito sobre os níveis de pensamento ($U = 1324.0000$; $p > 0,897$). Tanto homens quanto mulheres têm níveis semelhantes de pensamento quanto aos fenômenos econômicos. Estudos de Palevecinos, *et al* (2000) com estudantes da IX Região Chilena e idade entre 6 e 18, com o objetivo de averiguar as representações de pobreza e desigualdade, constataram que mulheres de nível socioeconômico baixo, residentes em cidades pequenas, tiveram mais dificuldades em compreender os fenômenos econômicos ligados à pobreza e desigualdade. Diferenças quanto ao gênero também foram verificadas em estudos de Perry e Morris (2005), quanto à gestão financeira - homens demonstraram maior compreensão das práticas financeiras que as mulheres. No Brasil, uma pesquisa de Bessa, Fermiano e Denegri (2014) investigou o pensamento econômico de crianças entre 10 e 14 anos e as meninas apresentaram níveis um pouco mais elevados de compreensão econômica em relação aos meninos. Considerando esses resultados infere-se a necessidade de mais investigações no contexto brasileiro com amostras maiores e indivíduos adultos.

O teste não paramétrico Kruskal-wallis mostrou não existir relação entre o nível socioeconômico e o pensamento econômico [$X^2(2) = 0,039$; $p > 0,981$]. Dessa forma, pertencer ao nível socioeconômico baixo, médio ou alto, no presente estudo, não influenciou a construção dos níveis de pensamento econômico. Essa similaridade constatada, se persistente, pode promover indiferença ou a naturalização da pobreza e desigualdade, assim como inibir a reivindicação de políticas sociais direcionadas a promover mais equidade entre as pessoas. Para Junior e Ximenes (2016), a percepção de pobreza e de pobre pode promover uma identidade social estigmatizada que impede o processo de transformação da identidade e enfraquece as

possibilidades de mudança, tanto do indivíduo reconhecido por esse prisma identitário estigmatizado, como das políticas de identidade presentes na sociedade. Estudos de Denegri, *et al* (2009), no Chile, e de Bessa, Fermiano e Denegri (2014), no Brasil, sobre os níveis de pobreza e desigualdade, constataram que crianças de nível socioeconômico baixo apresentaram níveis de compreensão de pobreza e desigualdade menos avançados em relação aos níveis socioeconômico médio e alto.

A ANOVA unidirecional mostrou que não existe efeito da idade sobre os níveis de pensamento dos participantes [$F(3,114) = 0,557$; $p > 0,645$] de tal forma que ser mais jovem ou mais velho, nessa investigação, não influenciou os níveis de pensamento econômico. Ao analisar a evolução do pensamento econômico de crianças, Coria, *et al* (2013) constataram a existência de uma sequência evolutiva em relação a respostas menos elaboradas e pouca idade e respostas de maior complexidade em crianças mais velhas. No Brasil, os estudos de Araújo (2009), Leite, *et al* (2010) e Bessa, Fermiano e Denegri (2014), com crianças, encontraram uma evolução quanto a idade. Neste último, as autoras analisaram o nível de compreensão econômica de 830 estudantes com idade de 10 e 15 anos, constatando uma evolução positiva do nível de pensamento econômico em estudantes mais velhos. Esses estudos apresentam consenso quanto a diferenciação de nível de compreensão e comportamento econômico de crianças segundo a idade, bem como a progressão conforme o aumento de idade.

No entanto, na presente investigação, com universitários e estudantes do ensino médio, não foi verificada diferença evolutiva quanto a idade, assim como identificado por Amar, *et al* (2006) com jovens universitários colombianos, com idade entre 19 e 24 anos.

A atividade laboral dos participantes foi classificada em duas categorias, participantes que trabalham e que não trabalham. Foi realizado o teste t Student de amostras independentes ($t(116) = 0,968$, $p > 0,335$). O exercício profissional também não foi um bom preditor de melhores ou piores níveis de pensamento econômico. Participar ou não do mercado de trabalho, para o grupo em questão, não agregou diferenças quanto à compreensão dos fenômenos econômicos.

Esse estudo chama a atenção para as igualdades e desigualdades entre os dois grupos, diferentes quanto ao nível socioeconômico, idade, ocupação, mas semelhantes quanto a compreensão dos fenômenos econômicos que caracterizam a pobreza e a desigualdade social. Menos de 10% dos participantes estão no nível de pensamento mais evoluído (III). Quase 90% deles estão nos níveis mais elementares (IB e II). Nem mesmo fatores como idade, gênero, ocupação, nível socioeconômico e acadêmico foram bons preditores de melhores ou piores níveis de compreensão dos fenômenos econômicos. Todos os participantes, de forma similar, têm compreensão semelhante sobre a pobreza e a desigualdade e estão alheios aos impactos que as mesmas promovem nos indivíduos e na sociedade. Na concepção de Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), quanto mais disparidades socioeconômicas são constatadas no país, parece que mais se generaliza a naturalização e a aceitação por parte dos indivíduos, tratando o fenômeno como natural e espontâneo. Para esses autores, a ideologia neoliberal é capaz de influenciar o pensamento humano de tal maneira que muitos discursos a favor da redução da desigualdade social tendem a legitimar a pobreza e a desigualdade no cotidiano das pessoas. A naturalização da pobreza e da desigualdade social parece ser um projeto na manutenção, dominação e acobertamento da realidade, visto como um fenômeno natural e inevitável (ACCORSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012).

Pesquisa da Oxfam Brasil (2019) constatou que seguimos como um dos países mais desiguais do mundo. As desigualdades vão para além da renda e das crises econômicas ou fiscais. Trata-se de uma

sociedade que normalizou a existência de cidadãos e cidadãs de primeira e de segunda categorias, daqueles que têm direitos e dos que não têm – um país onde morar em periferias ou ser negro e negra define, de antemão, a qual categoria uma pessoa pertence. Certamente que nos anos pós-pandemia da Covid-19 esses números serão revistos e deveremos ter um aumento perturbador da pobreza e da desigualdade.

As desigualdades e a pobreza são fenômenos evitáveis. São “produtos de escolhas políticas injustas que refletem desigual distribuição de poder nas sociedades” (OXFAM BRASIL, 2017, p. 11). Para Sen (2017, p. 10), “vivemos em um mundo de privação, destituição e opressão”. Convivemos com “a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica [...] e ameaças cada vez mais graves ao meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social”. Essas privações podem ser encontradas, sob diferentes formas, tanto em países ricos como em países pobres. É uma situação de opressão, como alertava Freire (1974/2019) desde a década de 1960, e corroborada por Junior e Ximenes (2016, p. 77) “A pessoa em situação de pobreza pode ser abordada como possuidora de uma identidade de oprimido e de explorado que está baseada na sobrevivência, na violência e no medo fruto de uma ordem social opressora”. A pobreza não se refere somente à insuficiência econômica, mas a privações de toda natureza, sejam sociais, psicológicas, estruturais e materiais, e a privação da liberdade (SEN, 2017). Para esse autor, a pobreza não se refere apenas ao baixo nível de renda, mas à privação de capacidades básicas como: acesso a bens, serviços e oportunidades, relacionando-se diretamente com a visão de desenvolvimento.

Portanto, é de extrema importância compreender o grau de influência dos fenômenos econômicos na vida das pessoas, que interferem na manutenção de uma trajetória saudável, na economia de um país e na sustentabilidade do planeta. Esses são aspectos que tornam esse assunto de relevância social, cultural, econômica, política e psicológica.

Considerações Finais

É fato que o mundo sociopolítico apresenta uma complexidade não apenas para crianças e jovens, mas também para adultos. O emaranhado de informações dos acontecimentos cotidianos torna ainda mais difícil compreender e interpretar os fenômenos sociais. Para Delval (2018), ao estudar a gênese das ideias sobre qualquer aspecto da realidade social, constata-se um processo lento de construção em que os estudantes desempenham um papel ativo, e faz-se necessário considerar suas concepções a fim de promover uma educação adequada e democrática.

Nossos dados apontam para dificuldades de construções complexas, desvinculadas de contextos superficiais e estereotipados para questões envolvendo a mobilidade social e econômica, assim como para questões envolvendo a pobreza e a riqueza. Assuntos tão caros a um país como o Brasil! A elaboração de teorias sociológicas ingênuas, observadas nos modelos explicativos fornecidos pelos participantes desta pesquisa é comparada à das primeiras etapas do desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Compreender essas crenças é aspecto importante pois esses olhares influenciam as ações cotidianas, ou seja, diante desses dados como esperar que tenhamos nos adultos olhares mais sensíveis envolvendo aspectos relacionados, por exemplo, ao uso consciente do dinheiro, ao consumo, igualdade, ações afirmativas, inclusão, entre outros?

Os resultados preocupam, pois, os argumentos dos estudantes demonstram que a desigualdade é legitimada a partir de um pensamento meritocrático e de superação individual. Os esforços individuais são vistos como os responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso em “tentar uma vida nova”, com um Estado que não assume suas responsabilidades em relação à população. A meritocracia não é percebida como um elemento potencializador da desigualdade social. O “esforço para estudar e mudar de vida” responsabiliza a escola como a instituição que pode oferecer a “grande oportunidade”, sem levar em conta as relações de poder, a exploração e o jogo de interesse de uma sociedade patriarcal, racista e desigual.

Saviani (2021) chama a pedagogia da exclusão à ordem econômica em que não há lugar para todos, mas que estimula a competição e a produtividade. Assim, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, seria possível tornar os indivíduos cada vez mais empregáveis, mesmo que não consigam emprego, “a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição” (SAVIANI, 2021, p. 429).

Os estudantes, mesmo provenientes de diferentes meios culturais, níveis socioeconômicos, idade, gênero, ocupação e escolaridade, elaboraram explicações similares para a pobreza e a desigualdade social. Uma vez que não houve diferença de respostas entre os níveis socioeconômicos, pode-se destacar que nem aqueles que possuem melhor condição financeira e nem os desfavorecidos têm compreensão dos mecanismos de produção e manutenção de uma estrutura social desigual. Não percebem que a mobilidade social depende de uma combinação de políticas e fatores sociais, econômicos e territoriais que vão além do esforço individual. Mais da metade dos estudantes investigados não tem consciência de que nascer em favelas e nas periferias de grandes centros urbanos, ser negro ou negra define, em diferentes aspectos, o futuro de cidadãs e cidadãos do nosso país. Estão indiferentes ao modelo hegemônico neoliberal de estado mínimo, como uma forma de dominação de classe, adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas que interpreta a igualdade, equidade e justiça social como vilões do atraso econômico (SADER, 2008). Como esclarece Harvey (2020), as forças de trabalho estão sendo cada vez mais socializadas para se comportarem como bons sujeitos neoliberais e a culparem a si mesmas ou a Deus quando algo der errado, e a nunca questionar o sistema vigente.

Ao mesmo tempo, é possível estabelecer uma possível relação entre o fato de que os participantes da pesquisa não têm compreensão dos mecanismos de produção e manutenção de uma estrutura social desigual e a crescente evasão no Ensino Médio dos jovens.

Em relação à população de nosso estudo, vale dizer que o Brasil, em 2020, tinha 75,4% da população, entre 15 a 17 anos, matriculados no Ensino Médio. Em relação à renda, 93,7% eram mais ricos e, 70,5%, mais pobres; quanto a raça/cor, 81,4% eram brancos, 71,8%, pardos e 70,8% pretos. A taxa de conclusão do Ensino Médio de jovens com 19 anos quanto à renda foi de 92,6%, para os 25% mais ricos; 58,8%, para os 25% mais pobres. Em relação à raça/cor, 79,1% eram brancos, 63,9%, pardos e 61,4%, pretos. Os jovens de 19 anos, 41,2%, provenientes de famílias com faixa mais baixa de renda, não concluíram o Ensino Médio (IBGE/PNAD contínua).

Tais dados demonstram, em primeiro lugar, uma necessidade urgente de políticas públicas voltadas para o Ensino Médio. Por outro lado, chama a atenção o pouco sentido que conteúdos escolares fazem para a vida do aluno. A análise das respostas dos participantes demonstrou que não são feitas inferências entre o que aprenderam na escola e as explicações sobre riqueza e pobreza.

Os resultados evidenciam a necessidade de se investir e impulsionar programas de educação

econômica e financeira, a serem pensados e construídos na educação básica e no ensino superior, de maneira a se investir numa formação em que o conhecimento da realidade seja algo mais concreto e contribua para que os estudantes tenham uma visão mais crítica, saibam elaborar estratégias e busquem soluções para seus problemas sociais, econômicos e políticos.

A educação econômica e financeira que se pressupõe é aquela que seja libertadora, que supere o foco no dinheiro e esteja centrada na formação global de uma pessoa e a sua relação com os meios de produção, com as relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Implica numa visão básica de funcionamento da economia. Entende-se que uma educação econômica e financeira contribuiria em muito para a compreensão de como a pobreza e a riqueza são produzidas; a tomada de consciência de cada pessoa enquanto cidadão responsável por suas obrigações consigo e com o mundo e, ao mesmo tempo, consciente de seus direitos. Esse conjunto de ações é denominado como inteligência financeira e econômica, pois a pessoa atua em benefício próprio, da família, da comunidade e do planeta (FERREIRA, 2008; KAHNEMAN, 2012; ARIELLY; KREISLER, 2019).

Nossa pesquisa também aponta a necessidade de estudos mais aprofundados, especialmente, estratégias que possibilitem ressignificar os conceitos, assim como explorar, mais a fundo, como as pessoas percebem o mundo, a pobreza, a mobilidade, a desigualdade social e mesmo outros fenômenos sociais que incorporem as variáveis, gênero, nível socioeconômico e idade como fatores de interação.

Pesquisas a respeito do pensamento econômico de crianças, jovens e da sociedade em geral são necessárias e devem ir além da descrição, para que a construção de intervenções educativas eficazes possa levá-los a uma compreensão mais ampla e complexa do mundo em que vivemos.

Em relação aos estudantes de Pedagogia, destaca-se que o tipo de conhecimento que demonstraram pode ter implicações práticas ao longo da carreira de magistério, ou seja, a reprodução da naturalização da pobreza e a manutenção do *status quo*. Assim, como pensar numa educação transformadora em relação a esses aspectos, quando o próprio docente possui crenças calcadas em coordenações tão lacunares e generalistas?

A análise dos dados permitiu realizar inferências sobre a similaridade da concepção que os alunos do curso de Pedagogia possuem em relação ao mesmo estudo realizado com crianças e adolescentes. Em se tratando de futuros professores, a formação cidadã dos alunos da Educação Básica, provavelmente, estará comprometida, uma vez que os professores não veem a si próprios e, nem aos alunos, como indivíduos protagonistas de suas vidas, menos ainda de visualizar, nas novas gerações, potencial para a conquista de equidade social.

Ainda em relação à formação de futuros professores, o segmento de universitários do curso de Pedagogia é de particular interesse porque são responsáveis pela formação de novos cidadãos e, ao mesmo tempo, são cidadãos ativos. Nesse sentido, pesquisa de Denegri, *et al*, (2014), com estudantes de Pedagogia, constatou uma forte correlação entre atitudes hedonistas e o endividamento.

Desta forma, a capacidade de gerir adequadamente as finanças e compreender o

funcionamento da economia, bem como desenvolver atitudes racionais em relação ao endividamento e hábitos de consumo responsáveis, constituem competências essenciais para todos os membros da sociedade, incluindo estudantes universitários em geral.

Referências

- ACCORSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. D. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**; v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012.
- ALMEIDA, E. A. F. Intervenção pedagógica e construção de noções étnicas por meio da pesquisa escolar: um estudo piagetiano. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.
- AMAR, J.; ABELLO, R.; LLANOS, M. **Desarrollo de conceptos económicos en niños y adolescentes colombianos y su interacción en los sectores educativos y calidad de vida**. Barranquilla: Proyecto CIDHUM, 2000.
- AMAR, J. A.; *Et al.* La construcción de representaciones sociales acerca de la pobreza y desigualdad social en los niños de la región Caribe Colombiana. **Investigación y Desarrollo**, v. 9, n. 2, p. 592-613, 2001.
- AMAR, J.; *Et al.* Representaciones acerca de la pobreza, desigualdad social y movilidad socioeconómica en estudiantes universitarios de la ciudad de Barranquilla, Colombia. **Investigación y Desarrollo**, v. 14, n. 2, p. 312-329, 2006.
- ARAÚJO, R. M. B. **Alfabetização econômica: compromisso social na educação das crianças**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009.
- ARAÚJO, A. S.; GOMES, L. R. A noção de mobilidade social em adolescentes. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 26, n. 38, set./dez., 2010, p. 193- 204.
- ARIELLY, D. KREISLER, J. **Psicologia do dinheiro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.
- BELINTANE, M. F.; CANTELLI, V. B. **Educação para o consumo consciente**. Campinas: Adonis, 2019.
- BESSA, S.; FERMIANO, M. B.; DENEGRI, M. C. Compreensão econômica de estudantes entre 10 e 15 anos. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 410-419, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a17v26n2.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2021.
- BESSA, S.; FERMIANO, M. B. Pobreza: o que pensam os estudantes do Ensino médio e do curso de Pedagogia. **Revista Educação e Cultura contemporânea**, v.17, n. 49, p. 45-65, 2020.
- BESSA, S.; FERMIANO, M. B. Representações de pobreza e desigualdade social entre estudantes do ensino médio. **Debates em Educação**, v. 13, n. especial 2, 2021.
- BELINTANE, M. **Eu e o dinheiro**. Americana: Adonis, 2019.
- CAMPELLO, T.; *Et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 54-66, novembro 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- CANTELLI, V. C. B. Procedimentos utilizados pelas famílias na educação econômica de seus filhos. 2009. 415 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- CAVALCANTE, S. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica Marxista**, n. 46, p. 103-125, 2018.
- CHAFEL, J. Societal images of poverty: child and adult beliefs. Youth and society. In: AMAR, J. **Ensayos en desarrollo humano**. Barranquilla: Uninorte, 2002, p. 432-463.
- COOPER, I. S. Cartão de crédito: salvação ou perdição? Representações de adultos jovens sobre instituições financeiras e utilização de cartão de crédito. 2012. 268f. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- CORIA, M. D.; *Et al.* ¿Educadores o consumidores? Discrepancia del yo, consumo y valores materiales en estudiantes chilenos de pedagogia. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 14, n. 2, 2014.

- CORIA, M. D.; *Et al.* Representaciones sociales sobre pobreza en estudiantes universitarios chilenos. **Liberabit**, v. 16, n. 2, p. 161-170, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272010000200006>. Acesso em: 26 maio 2021.
- CORIA, M. D.; *Et al.* **Educación económica y financiera para la formación inicial de profesores: Herramientas conceptuales y didácticas**. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 2013.
- CORIA, M. D.; ARAVENA, J. S.; LAYERA, F. S. Entendendo a economia: educação econômico-financeira na infância sob uma perspectiva construtivista. **Ensino Em Re-Vista**, v. 25, n. 1, p. 57-81, 2018.
- COSTA, R. R. S. O mundo econômico em questão: como crianças e adolescentes escolarizados entendem o lucro? 2009, 303 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- DELVAL, J. El constructivismo y la adquisición del conocimiento social. **Apuntes de Psicología**, v. 30, n. 1-3, p. 99-109, 2012.
- DELVAL, J. A construção do conhecimento sobre a sociedade. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 11-32, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/41356>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- DENEGRI, M.; *Et al.* La construcción de representaciones sociales acerca de la pobreza y desigualdad social em la infancia y adolescencia. **Revista Psike**, v. 7, n. 2, p. 13-24, 1998.
- DENEGRI, M.; *Et al.* Construcción de representaciones acerca de pobreza y movilidad social: un estudio evolutivo en estudiantes chilenos. **Paideia**, n. 46, p. 159-176, enero-junio, 2009a.
- DENEGRI, M.; *Et al.* Alfabetización Económica en estudiantes universitarios de la carrera de Psicología. **Calidad en la Educación**, v. 30, n. 1, p. 233-249. 2009b.
- FERMIANO, M. A. B. Pré-adolescentes (“tweens”) – desde a perspectiva da teoria piagetiana à da Psicologia Econômica, 2010, 491 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- FERREIRA, V. R. M. **Psicologia econômica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 75. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. Edição original 1974.
- GRANJA, M. C. L. O mundo econômico da criança: uma investigação psicológica sobre o dinheiro. 2012. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- HARVEY, D. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- IBGE/PNAD Contínua, elaboração Todos pela Educação. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/ensino-medio.html>>. Acesso em: 03 mai. 2022.
- JUNIOR, J. F. M.; XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 76-83, jan./abr. 2016.
- KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar**. São Paulo: Objetiva, 2012.
- LEITE, *Et al.* Socialização econômica: conhecendo o mundo econômico das Crianças. **Estudos de Psicologia**, 15(2), Maio - Agosto/2010, p. 145-152.
- LLANOS, M.; *Et al.* Aprendiendo a comprender el mundo económico. **Ediciones Uninorte**. Colombia, 2008.
- MELSERT, A. L. M.; BOCK, A. M. B. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0773.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

OXFAM BRASIL. **Nós e as desigualdades**: percepções sobre desigualdades no Brasil. Brasil, 2019. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2019>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

PALAVECINOS, M.; *Et al.* Representaciones sociales acerca de la pobreza y desigualdad social de niños y niñas de Chile, IX Región. **Sums Psicológica**, v. 7, n. 2 p. 231-258, 2000.

PEREIRA, D. R. Consumismo e educação infantil: um estudo sobre crenças e hábitos de docentes e alunos. 2018, 330f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Marília, Marília-SP.

PERRY, V. G.; MORRIS, M. D. Who is in control? The role of self-perception, knowledge, and income in explaining consumer financial behavior. **Journal of Consumer Affairs**, v. 39, n. 2, p. 299-313, 2005.

PIAGET 1926/1979 PIAGET, J. **A representação do mundo na criança**. Tradução Rubens Fiúza. Rio de Janeiro: Record, 1979 [1926].

PIECZARKA, T. Concepções de desigualdade social e mobilidade Socioeconômica de adolescentes de escola pública de Curitiba. 257 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, 2009.

ROCHA, M.; *Et al.* As representações de crianças e adolescentes sobre a inter-relação entre os recursos monetários e o consumo numa perspectiva. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n. 2, 2012, p. 142-162. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/oikos/article/download/3669/1943/16992>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SADER, E. A trama do neoliberalismo. In: (ORG) GENTILI, *Et al.* **Pós-neoliberalismo**, São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas-SP; Autores Associados, 2021.

SARAVALI, E. G. ; *Et al.* Como resolver uma situação de não aprendizagem: um estudo psicogenético sobre a construção do conhecimento social. **Educação em Perspectiva** (Impresso), v. 5, p. 92-116, 2014.

SARAVALI, E.; *Et al.* A construção da noção social de greve: um estudo evolutivo piagetiano. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 22, p. 948-968, 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz, 2017.

SILVA, M. O. da. Representações de crianças e adolescentes sobre trabalho numa perspectiva piagetiana. 2009. 283f. **Dissertação** (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

SILVA, C. F. da. A construção da noção de direito em alunos do 3º ano do ensino fundamental: uma pesquisa-ação na perspectiva piagetiana. 2017. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SILVA, E. A.; VIVEIROS, K. F. M. Representações sociais de pobreza construídas pelos cursistas da Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social realizada no Rio Grande do Norte: primeiros resultados. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 35-54, set. 2017.

Submetido em: 17.05.2022

Aceito em: 17.05.2022